



# **REGULAMENTO DAS VISITAS DE ESTUDO**

**ANEXO VIII DO REGULAMENTO INTERNO**



# Regulamento das Visitas de Estudo

## ANEXO VIII-REGULAMENTO DAS VISITAS DE ESTUDO

2026-2030

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR.<sup>a</sup> LAURA AYRES-145336

### Ficha Técnica

**Título:** Regulamento das Visitas de Estudo

**Entidade:** Agrupamento de Escolas Dr.<sup>a</sup> Laura Ayres – 145336

**Autores:** Conselho Pedagógico

**Data:** fevereiro de 2026

### Contactos

Agrupamento de Escolas Dr.<sup>a</sup> Laura Ayres – 145336

Rua do Forte Novo 8125-214 Quarteira

351 289 373 700|+351 934 778 168

gestao@esla.edu.pt

www.esla.edu.pt



# Regulamento das Visitas de Estudo

## Responsabilidade pelo documento

Versão	Data	Descrição da versão	Aprovado por
1.0	Até 23/01/2026	Redação do documento	
1.0	10/02/2026	Apreciação	Conselho Pedagógico
1.0	24/02/2026	Aprovação	Conselho Geral

## Controlo das revisões do documento

Versão	Data	Secção Revista	Descrição da revisão



# Regulamento das Visitas de Estudo

## CONTEÚDO

PREÂMBULO .....	4
CAPÍTULO I VISITAS DE ESTUDO .....	4
Artigo 1º    Conceito e Âmbito .....	4
Artigo 2º    Planeamento e Organização .....	4
Artigo 3º    Aprovação e Autorização .....	5
Artigo 4º    Responsabilidades dos responsáveis pela visita de estudo .....	5
Artigo 5º    Duração e Autorizações Específicas .....	6
Artigo 6º    Financiamento das visitas de estudo .....	6
Artigo 7º    Procedimentos administrativos e financeiros .....	6
Artigo 8º    Visitas de Estudo ao Estrangeiro .....	6
Artigo 9º    Comunicação à área governativa dos negócios estrangeiros .....	7
Artigo 10º   Seguro escolar .....	7
Artigo 11º   Participação dos alunos .....	7
Artigo 12º   Desistência de participação na visita .....	7
Artigo 13º   Direitos dos intervenientes .....	8
Artigo 14º   Deveres dos intervenientes .....	8
Artigo 15º   Contabilização de Aulas e Sumários .....	8
CAPÍTULO II OUTRAS ATIVIDADES LÚDICO-FORMATIVAS .....	9
Artigo 16º   Definição .....	9
Artigo 17º   Condições de organização e planeamentos das atividades .....	9
Artigo 18º   Aulas no exterior .....	11
CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS .....	11
Artigo 19º   Penalizações .....	11
Artigo 20º   Casos omissos .....	12
Artigo 21º   Entrada em vigor .....	12



# Regulamento das Visitas de Estudo

## PREÂMBULO

O presente regulamento define as linhas orientadoras a adotar pelo Agrupamento na organização e realização de visitas de estudo e outras atividades lúdico-formativas fora do espaço escolar, em conformidade com o Despacho n.º 6147/2019, de 4 de julho.

## CAPÍTULO I VISITAS DE ESTUDO

### Artigo 1º Conceito e Âmbito

1. A Visita de Estudo é uma atividade curricular intencional e pedagogicamente planeada pelos docentes, realizada fora do espaço escolar.
2. Destina-se à aquisição, desenvolvimento ou consolidação de aprendizagens, sendo realizada fora do espaço escolar.
3. Visa alcançar competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, promovendo a ligação da escola à vida real e à comunidade, facilitando o desenvolvimento de competências curriculares e a sociabilização.
4. As visitas de estudo são parte integrante do Plano Anual de Atividades (PAA) do Agrupamento e requerem autorização prévia do Diretor.
5. Dada a sua integração curricular, a participação dos alunos tem, em regra, carácter obrigatório, decorrendo do dever de frequência e assiduidade.

6. Este regulamento não abrange as Viagens de Finalistas organizadas pela Associação de Estudantes.

### Artigo 2º Planeamento e Organização

1. As propostas devem ser elaboradas preferencialmente no início do ano letivo, nas reuniões de Conselhos de Turma, Conselhos de Docentes e Departamentos Curriculares.
2. As visitas devem ocorrer preferencialmente no 1.º e até meio do 2º semestre, evitando-se o último mês do ano letivo, devido à proximidade das avaliações finais.
3. O PAA das visitas deve estar concluído, em regra, até 15 de outubro para ser submetido no REVVASE até ao final do mesmo mês.
4. São permitidas visitas de estudo não previstas, sempre que fique demonstrada a sua impossibilidade de inclusão no Plano Anual de Atividades, aprovado no início do ano letivo, devendo as propostas ser remetidas a Conselho Pedagógico em tempo útil.
5. As visitas de estudo devem integrar todos os professores das disciplinas envolvidas, com guião comum e desenvolvimentos específicos.
6. O rácio de acompanhamento deve ser rigorosamente cumprido:
  - a. Pré-escolar e 1.º ciclo: 1 docente por 10 alunos;
  - b. 2.º ciclo: 1 docente por 15 alunos (recomenda-se 1:10 em casos específicos);
  - c. 3.º ciclo e secundário: 1 docente por 15 alunos;
  - d. Saídas superiores a 1 dia: 1 docente por 10 alunos;



# Regulamento das Visitas de Estudo

- e. Mínimo: 2 docentes, independentemente do número de alunos.
7. Alunos com limitações motoras e/ou mentais devem ser obrigatoriamente acompanhados por um professor da Educação Especial.
8. A participação de alunos que tenham sido alvo de procedimento disciplinar estará dependente de autorização da Direção, sob proposta do Diretor de Turma.
9. Para os alunos que não participam, o professor responsável deve deixar um Plano de Estudo Alternativo (PEA), cujo acompanhamento será garantido por um professor em serviço não letivo.
2. Estabelecer os contactos necessários (transporte, alojamento, refeições, etc.).
3. Enviar aos encarregados de educação uma informação sobre a visita de estudo, os seus objetivos, os locais a visitar, as disciplinas e turmas envolvidas, a data e o preço e, ainda, o termo de responsabilidade/autorização.
10. Convocar uma reunião de encarregados de educação em caso de visitas ao estrangeiro ou de visitas em território nacional com duração superior a 24h.
11. O professor organizador comunica a data e lista de participantes ao Conselho de Turma com antecedência mínima de cinco dias úteis e registra a visita na agenda do INOVAR.

## **Artigo 3º**

### **Aprovação e Autorização**

1. Cada professor pode, por iniciativa própria ou a partir de sugestões dos alunos, em articulação com o respetivo Departamento Curricular ou, em alternativa, com os membros de um Conselho de Turma, propor a organização de uma visita de estudo, devendo ser aprovada respetivamente, pelo Conselho de Turma/Professor Titular de Turma e Conselho Pedagógico.
2. Para a aprovação em Conselho Pedagógico a visita deve ser colocada no INOVAR PAA com a antecedência mínima de uma semana da reunião do órgão.
12. Solicitar declaração de idoneidade dos professores acompanhantes nos Serviços de Administração Escolar com uma antecedência mínima de 5 dias úteis antes da visita. É obrigatório levar consigo a documentação que ateste a idoneidade dos acompanhantes.
13. Certificar-se da existência do colete retrorrefletor e da raqueta de sinalização sempre que acompanhe crianças e jovens até aos 16 anos no atravessamento da via pública (Lei 13/2006, de 17 de abril, que define o regime jurídico do transporte coletivo de, estabelece, no n.º 4 do artigo 8.º e no n.º 3 do artigo 16.º).
14. No dia da visita de estudo o professor organizador deve deixar na direção/coordenação de estabelecimento a lista dos alunos participantes e não participantes.
15. Efetuar a avaliação da visita no PAA, no prazo de 5 dias após a sua realização.

## **Artigo 4º**

### **Responsabilidades dos responsáveis pela visita de estudo**

1. Elaborar a planificação da visita no INOVAR PAA com todos os elementos necessários à sua aprovação e autorização, nomeadamente o plano de trabalho para os alunos que não vão à visita.



# Regulamento das Visitas de Estudo

## **Artigo 5º**

### **Duração e Autorizações Específicas**

1. Duração regular: A duração das visitas de estudo (nacionais ou estrangeiras) não pode exceder, em regra, cinco dias úteis.
2. Prolongadas em território nacional: Visitas que ultrapassem cinco dias úteis carecem de autorização da DGEstE, a solicitar com a antecedência mínima de 15 dias úteis.
3. Deslocações ao Estrangeiro: Dependem de autorização da DGEstE, a solicitar com 30 dias úteis de antecedência, sendo o pedido instruído com os elementos descritos no Artigo 8º.
3. O professor terá de recolher junto dos alunos o valor a pagar e fazer a entrega deste nos serviços da Tesouraria dos Serviços de Administração Escolar da sede do Agrupamento.
4. O valor das entradas é pago pelos Serviços de Administração Escolar diretamente à instituição.

## **Artigo 6º**

### **Financiamento das visitas de estudo**

1. As visitas de estudo aprovadas pelo Conselho Pedagógico, são financiadas pela ASE, nos termos seguintes:
  - a. Os alunos abrangidos pelo Escalão A da ASE, têm direito por ano letivo a 20€, para suportar os custos com visitas de estudo;
  - b. Os alunos abrangidos pelo Escalão B da ASE, têm direito por ano letivo a 10€, para suportar os custos com visitas de estudo.

## **Artigo 7º**

### **Procedimentos administrativos e financeiros**

1. Entregar nos serviços administrativos do agrupamento o plano da visita, acompanhado da relação de necessidades, a lista dos alunos com escalão A e B que vão à visita de estudo.
2. Após autorização do Conselho Administrativo o professor titular será informado do valor que cada aluno terá de pagar.

## **Artigo 8º**

### **Visitas de Estudo ao Estrangeiro**

1. A organização de visitas de estudo que impliquem deslocações ao estrangeiro estão dependentes de autorização da DGEstE, a solicitar com 30 dias úteis de antecedência, a contar da data prevista para o seu início, sendo o pedido da escola instruído com os seguintes elementos:
  - a. Local/locais de destino;
  - b. Período da deslocação;
  - c. Fundamentação;
  - d. Acompanhantes responsáveis, tendo em conta os rácios previstos neste regulamento, Turmas e alunos envolvidos;
  - e. Comprovativo da contratualização de um seguro de assistência em viagem, em conformidade com o previsto nos normativos em vigor;
  - f. Comprovativo da comunicação à área governativa dos negócios estrangeiros;
  - g. Declaração de autorização de saída do país, por quem exerça a responsabilidade parental legalmente certificada, no caso de alunos menores de idade, de acordo com os normativos em vigor;
  - h. Documento do PAA com a aprovação pelo Conselho Pedagógico e autorização do Diretor;



# Regulamento das Visitas de Estudo

- i. Apresentação obrigatória de um plano de atividades destinado aos alunos que, por circunstâncias excecionais, não podem participar na visita de estudo e para aqueles cujos professores nela participam;
  - j. Caracterização das escolas envolvidas, caso aplicável;
  - k. Identificação dos objetivos do programa e das atividades a desenvolver.
2. Toda a documentação anterior deve ser remetida ao Diretor atempadamente, de forma a cumprir com o prazo estipulado, para que este solicite a autorização da viagem à DGEstE.

## **Artigo 9º**

### **Comunicação à área governativa dos negócios estrangeiros**

1. Deve ser feita a comunicação de todas as deslocações ao estrangeiro através do registo da viagem no endereço eletrónico do registo ao viajante.
2. Os dados a fornecer incluem: Destino, Datas, Docente responsável/contacto, Lista de Alunos (com identificação), EE/Contactos, Lista de Acompanhantes e dados do Seguro e Apólice.
3. Sempre que se verifique alteração de datas e ou dados relevantes relativos a deslocação ao estrangeiro, esta deve ser comunicada à área governativa dos negócios estrangeiros.

## **Artigo 10º**

### **Seguro escolar**

1. Depois de aprovadas e autorizadas, as visitas de estudo passam a estar abrangidas pelo seguro escolar.

2. Possíveis danos causados pelos alunos, não abrangidos pelo seguro escolar, são da responsabilidade dos respetivos Encarregados de Educação/Família.
3. As visitas ao estrangeiro devem ser obrigatoriamente abrangidas por um seguro de assistência em viagem e responsabilidade civil contratado para o efeito.

## **Artigo 11º**

### **Participação dos alunos**

1. A participação do aluno depende de autorização expressa e escrita do encarregado de educação.
2. Compete aos alunos que participam na visita entregar ao professor responsável o termo de responsabilidade, devidamente assinado pelo encarregado de educação.
3. Os alunos que não participarem na visita de estudo e que não realizem planos de trabalho terão falta de presença.
4. Os alunos com autorização para a visita de estudo, mas que nela não compareçam, sem aviso prévio, terão falta de presença, sendo informados os encarregados de educação. Neste caso aplica-se o disposto no número 2 do artigo seguinte.

## **Artigo 12º**

### **Desistência de participação na visita**

A desistência deve ser comunicada por escrito pelo EE até 5 dias úteis antes da visita. Quando ocorra essa desistência, no caso de ter havido comparticipação financeira por parte do Encarregado de Educação, não há lugar a reembolso, uma vez que os compromissos de reserva já foram assumidos com os locais/instituições a visitar, ou com os transportes.



# Regulamento das Visitas de Estudo

## **Artigo 13º**

### **Direitos dos intervenientes**

1. São direitos dos intervenientes, professores, alunos e outros:
  - a. Serem transportados em perfeitas condições de segurança, higiene e conforto;
  - b. Serem salvaguardadas a segurança e a integridade física de todos;
  - c. Serem cobertos pelo seguro escolar, ou de responsabilidade civil quando em deslocações que impliquem visitas ao estrangeiro;
  - d. Serem tratados com respeito e correção por parte de todos os participantes;
  - e. Serem pronta e rapidamente assistidos em caso de acidente ou doença súbita;
  - f. Serem portadores de toda a informação considerada necessária para o desenvolvimento da visita de estudo/atividade;
  - g. Avaliarem a visita de estudo/atividade apresentando críticas e sugestões.

## **Artigo 14º**

### **Deveres dos intervenientes**

1. São obrigações dos alunos, entre outras presentes no Regulamento Interno e demais legislação:
  - a. levar consigo, na visita de estudo, o Cartão de Cidadão/Autorização de residência/Passaporte e demais documentos solicitados pelos Professores organizadores;
  - b. respeitar as indicações/ordens dos Professores;
  - c. ser pontual e respeitar o cumprimento dos horários;

- d. respeitar as normas das Instituições a visitar e tratar com respeito e zelo todos os funcionários das mesmas;
  - e. respeitar os colegas e demais intervenientes na visita de estudo.

## **Artigo 15º**

### **Contabilização de Aulas e Sumários**

1. Para contabilização das respetivas aulas devem observar-se os seguintes procedimentos:
  - a. Professor promotor e acompanhante (Com plano de visita): Devem numerar e sumariar as aulas da(s) turma(s) que participa(m) na visita. Devem deixar um plano de trabalho para alunos que não participam;
  - b. Professor Acompanhante (Sem plano de visita): Não numeram nem sumariam aulas. No Ensino Regular, a falta será justificada por serviço oficial;
  - c. Professores Não Acompanhantes: Devem lecionar a(s) aula(s) e sumariar a presença dos alunos não participantes na visita.
2. Nos Cursos Profissionais, Vocacionais, EFA e CEF as horas efetivas destas atividades convertem-se em horas de formação, de acordo com a seguinte regra:
  - a. Atividade desenvolvida só no turno da manhã: 6 tempos letivos (8:25h-13:20h);
  - b. Atividade desenvolvida só no turno da tarde: 5 tempos letivos (14:20h-18:15h);
  - c. Atividade desenvolvida durante os dois turnos, manhã e tarde: 11 tempos letivos (8:25h-18:15h, com 1 hora de almoço);
  - d. Atividade desenvolvida só no turno da noite: 6 tempos letivos (19:15h-23:55h);



# Regulamento das Visitas de Estudo

- e. Os tempos letivos devem ser divididos pelos professores organizadores e acompanhantes conforme a distribuição dos tempos letivos do horário da turma. Esta divisão deve contemplar mais um tempo letivo para o professor organizador, em relação aos restantes;
- f. A distribuição dos tempos letivos mencionados na alínea anterior deve ficar registada em cronograma elaborado para o efeito;
- g. Os professores que não participam na visita de estudo, mas que tenham aula nesse dia com a turma, deverão compensar posteriormente essa(s) aula(s) não lecionada(s), sempre que todos os alunos da turma participem na visita; neste caso, não será marcada falta de presença ao professor. Esta situação só se aplica se o professor não concluir a totalidade das horas de formação definidas.

entre a população escolar, familiares e instituições.

- 2. **«Intercâmbio escolar»** é uma atividade educativa que tem por finalidade a inserção de alunos e docentes na vivência letiva e escolar de outra escola, nacional ou estrangeira, por um determinado período de tempo.
- 3. **«Representação de escola»** é o meio pelo qual as escolas, através da participação individual ou coletiva de membros da sua comunidade, comparecem em atividades de âmbito desportivo, cultural ou outras por si consideradas relevantes.
- 4. **«Passeio escolar»** é uma atividade lúdico-formativa institucionalmente planeada e a realizar fora do calendário das atividades letivas tendo em vista o desenvolvimento das competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e, quando aplicável, no perfil profissional associado à respetiva qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações.

## CAPÍTULO II OUTRAS ATIVIDADES LÚDICO- FORMATIVAS

### Artigo 16º Definição

- 1. **«Geminação»** é a cooperação entre duas instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, firmada através de protocolo, a partir do reconhecimento e partilha de valores e de princípios comuns, que permitem a realização conjunta de atividades escolares e culturais tendentes a promover a melhoria das aprendizagens, a solidariedade e cooperação

### Artigo 17º

#### Condições de organização e planeamentos das atividades

- 1. O processo destinado à criação de programas de geminação pode resultar da iniciativa:
  - a. Das escolas em resultado de apreciação do Conselho Geral e do Conselho Pedagógico;
  - b. Do membro do Governo responsável pela área da educação ou dos respetivos serviços no âmbito de processos de cooperação internacional e mediante acordo das escolas.
- 2. Nas situações de iniciativa própria o agrupamento deve solicitar autorização à DGEstE e juntar os seguintes elementos:



# Regulamento das Visitas de Estudo

- a. Identificação das escolas envolvidas;
  - b. Fundamentação da proposta de geminação acompanhada da caracterização das escolas envolvidas;
  - c. Definição dos objetivos e das atividades a desenvolver no âmbito do processo de geminação.
3. O processo destinado à criação de intercâmbio escolar obedece aos seguintes requisitos:
  - a. O processo pode resultar ou não de programas de geminação;
  - b. Aos intercâmbios escolares é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 6.º, com exceção do n.º 4, do Despacho n.º 6147/2019 de 04 de julho, no que se refere à obrigatoriedade de um dos responsáveis pela atividade ser docente dos respetivos alunos.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior as escolas devem ainda remeter à DGEstE, os seguintes elementos:
  - a. A caracterização das escolas envolvidas;
  - b. A identificação dos objetivos do programa e das atividades a desenvolver.
5. As escolas podem ainda candidatar-se a outros projetos de intercâmbio escolar que exijam aprovação a nível nacional e europeu, nos termos dos respetivos regulamentos.
6. Sempre que no processo de intercâmbio houver lugar à realização de visita à escola envolvida no projeto é aplicável o estipulado no Capítulo I, com exceção do disposto no ponto 2.2 deste artigo.
7. Na representação das escolas deve ter-se em conta:
  - a. À representação das escolas é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 6.º, com exceção do n.º 4, do Despacho n.º 6147/2019 de 04 de julho, no que se refere à obrigatoriedade de um dos responsáveis pela atividade ser docente dos respetivos alunos, exceto:
    - I. O Programa Desporto Escolar e outros programas de representação regional, nacional e internacional que se regem por regulamentação própria;
    - II. Outros programas de representação regional, nacional e internacional a autorizar pela DGEstE;
    - III. Em todo o processo de representação que implique falta a atividades letivas é aplicável o estipulado no Capítulo I, com exceção do disposto no ponto 7.a deste artigo.
8. Na realização de Programas europeus e internacionais, sempre que não exista regulamentação específica, aos diferentes programas da União Europeia e outros de âmbito internacional, nos domínios da educação, formação, juventude e desporto que envolvam os alunos inseridos na escolaridade obrigatória, aplica-se o disposto no Despacho n.º 6147/2019 de 04 de julho, e o disposto no Capítulo I deste regulamento.
9. A escola, em parceria com as associações de pais, autarquias e outras entidades da comunidade, pode realizar atividades lúdico-formativas fora do recinto escolar, Passeios Escolares desde que enquadradas no projeto educativo da escola e inseridas no PAA.
  - a. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o planeamento, a organização e as condições de realização dos passeios escolares são sujeitas ao disposto no Capítulo I deste regulamento;
  - b. Na realização das atividades a que se refere o n.º 9 deve estar salvaguardada a



# Regulamento das Visitas de Estudo

participação de acompanhantes idôneos e em número adequado às atividades a desenvolver, de modo a garantir a segurança e a integridade física e moral das crianças e alunos, cumprindo, no mínimo, os rácios estipulados para as visitas de estudo.

## **Artigo 18º**

### **Aulas no exterior**

1. Designam-se por aulas ou atividades letivas no exterior todas aquelas que, organizadas no âmbito de uma disciplina ou área curricular não disciplinar, se realizam fora do espaço físico habitual da escola, ocupando exclusivamente o(s) tempo(s) destinado(s) à aula dessa disciplina no horário semanal da turma.
2. São consideradas atividades de aula no exterior todas aquelas que, na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo, se realizem na área circundante da escola ou dentro da cidade e não impliquem a utilização de transportes.
3. No início de cada ano letivo, os encarregados de educação assinam um documento indicando se autorizam ou não a participação dos seus educandos nas atividades de aula no exterior previstas na área circundante da escola ou dentro da cidade, exceto quando impliquem custos adicionais para os alunos ou utilização de transporte, os quais requerem autorização específica.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior e para efeitos de informação e organização familiar, sempre que, na declaração de autorização anual, não se encontre expressa a calendarização das atividades, os encarregados de educação devem ser previamente informados da sua realização, com uma antecedência mínima de 72 horas.
5. Nos Cursos de Educação e Formação e nos Cursos Profissionais, as disciplinas ou áreas curriculares que, previsivelmente, necessitem da realização

de aulas em espaços físicos exteriores ao estabelecimento de ensino, nomeadamente piscinas municipais ou pavilhões desportivos, devem:

- a. Prever atempadamente, preferencialmente no início do ano letivo, a respetiva calendarização e os locais onde decorrerão;
  - b. Incluir, sempre que possível, essas informações na declaração de autorização anual;
  - c. Informar os pais e encarregados de educação de qualquer alteração à calendarização, com uma antecedência mínima de 48 horas.
6. Quando não seja possível cumprir o disposto no número anterior, os encarregados de educação devem ser informados, e deve ser recolhida autorização específica para a atividade, com uma antecedência mínima de cinco dias úteis relativamente à data da sua realização.
  7. As saídas da escola ou aulas de campo nos ensinos Pré-Escolar e 1.º Ciclo devem ser do conhecimento do coordenador de estabelecimento.
  8. Todas as atividades desta natureza devem ser colocadas no PAA para aprovação e autorização pelo Diretor do agrupamento.

## **CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 19º**

#### **Penalizações**

Os alunos que não respeitem as normas de funcionamento estabelecidas neste regulamento, no Regulamento Interno ou que adotem comportamentos inadequados ficam sujeitos a procedimentos disciplinares.



# Regulamento das Visitas de Estudo

## **Artigo 20º**

### **Casos omissos**

1. Para além das normas constantes neste regulamento, devem ser observados os normativos previstos na legislação em vigor.
2. Os casos omissos ou de carácter excecional serão analisados pelo Diretor do agrupamento, podendo este ouvir o Conselho Pedagógico sempre que se justifique.

## **Artigo 21º**

### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor após aprovação em Conselho Geral.



Página em branco

